

Demonstrações Financeiras

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	5
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	13
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	14
5. CLIENTES.....	16
6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
7. RECEITA LIQUIDA	18
8. CUSTOS E DESPESAS.....	18
9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	19
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19
11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	21
12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$486 mil, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$19.742 em 2023, em comparação ao resultado de R\$3.254 em 2022, representando um aumento de 506,70%, devido a contratos de prestação de serviços de intermediação de venda de energia com as empresas Belocal e Auren.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$20.427 (R\$3.796 em 2022) e a Margem do LAJIDA foi de 99,62% no mesmo período (96,30% no exercício de 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado Líquido	19.742	3.254	506,70
Amortização	8	7	-
Despesa de IR e CS	3.179	1.641	93,72
Resultado Financeiro	(2.502)	(1.106)	126,22
LAJIDA (1)	20.427	3.796	

- (1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$3.179 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$22.921 antes dos efeitos fiscais, representando 13,87% do lucro antes da tributação. Comparativamente, em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$1.641 referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao resultado de R\$4.895 antes dos efeitos fiscais, representando 33,52% do lucro antes da tributação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024, que, ao Resultado do exercício de 2023, no montante de R\$19.742 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$9.871 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;
- R\$9.871 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos;

Aumento de capital - Proposta da Administração

A Diretoria Executiva da Companhia encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a proposta de utilização de parte das reservas de lucros para aumento do capital social, no montante de R\$8.014 mil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estende, também os agradecimentos às demais autoridades Federais, Estaduais e Municipais, e à Diretoria da Cemig.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.**
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 05 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixas	3	9.460	1.780
Títulos e Valores mobiliários	4	20.404	9.562
Clientes	5	1.883	389
Tributos compensáveis		12	12
TOTAL DO CIRCULANTE		31.709	11.743
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	-	36
Tributos compensáveis		9	-
Direito de Uso		258	161
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		267	197
ATIVO TOTAL		31.976	11.940

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores		38	37
Impostos, Taxas e Contribuições		40	42
Imposto de Renda e Contribuição Social	10a	107	681
Dividendos a pagar	6c	11.498	1.627
Passivo de Arrendamento		23	22
TOTAL DO CIRCULANTE		11.706	2.409
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições		46	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	721	-
Passivo de Arrendamento		255	154
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.022	154
TOTAL DO PASSIVO		12.728	2.563
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	6		
Capital Social		486	486
Reserva de Lucros		18.762	8.891
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		19.248	9.377
PASSIVO TOTAL		31.976	11.940

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	7	20.505	3.942
CUSTOS	8		
Custos de operação		(44)	(64)
LUCRO BRUTO		20.461	3.878
DESPESAS	8		
Despesas Gerais e Administrativas		(4)	(79)
Outras despesas		(38)	(10)
		(42)	(89)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		20.419	3.789
Receita Financeira	9	2.549	1.139
Despesa Financeira	9	(47)	(33)
		2.502	1.106
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		22.921	4.895
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	10c	(2.458)	(1.723)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	(721)	82
RESULTADO DO EXERCÍCIO		19.742	3.254

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	19.742	3.254
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>19.742</u>	<u>3.254</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	486	98	7.166	-	7.750
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	3.254	3.254
Destinação do lucro proposta à AGO					
Dividendos Estatutários	-	-	-	(1.627)	(1.627)
Retenção de Lucro para aumento de capital	-	-	1.627	(1.627)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	486	98	8.793	-	9.377
Resultado do Exercício	-	-	-	19.742	19.742
Destinação do lucro proposta à AGO					
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	(9.871)	(9.871)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	9.871	(9.871)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	486	98	18.664	-	19.248

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	19.742	3.254
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 10)	3.179	(82)
Juros Passivo de Arrendamento	21	21
Amortização (Nota 8)	8	7
Juros e variações monetárias	(2.818)	(1.239)
	20.132	1.961
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes	(1.444)	(54)
Tributos Compensáveis	(649)	10
Outros	(105)	-
	(2.198)	(44)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	1	-
Impostos, Taxas e Contribuições	44	39
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar	-	1.486
Transações com Partes Relacionadas	-	(17)
Outros	57	-
	102	1.508
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	18.036	3.425
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.392)	(834)
Juros Recebidos	800	144
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	16.444	2.735
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(15.450)	(3.644)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	6.662	2.286
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(8.788)	(1.358)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Arrendamentos pagos	24	(23)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	24	(23)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	7.680	1.354
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	1.780	426
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	9.460	1.780

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Classificação: Direcionado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”), sociedade anônima de capital fechado, anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), foi constituída em 25 de julho de 2002, com sede e foro em Belo Horizonte - MG.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

- Prospectar junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica;
- Prospectar junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes;
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- Desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado; e,
- Representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

A Companhia iniciou suas atividades em maio de 2006 e, durante o exercício de 2023, o resultado da Companhia foi em função da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Diretoria Executiva da companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 05 de junho de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelo seu valor justo, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativas nº 12.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 12 – Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco (mensuração dos valores justos).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis e manteve a apresentação, nas demonstrações financeiras, apenas das que foram julgadas como materiais.
CPC 32 – Imposto sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. Não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais do CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir do quarto trimestre de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Bancos Conta Movimento	57	52
Certificado de Depósitos Bancários	108	116
Overnight	9.295	1.612
	9.460	1.780

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (99% em 31 de dezembro de 2022) conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente.

As operações de **aplicações automáticas** (overnight) consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 11,42% a.a a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,62% a.a. a 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022) e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da

da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	1.948	1.050
Letras Financeiras - Bancos	12.576	6.253
Letras Financeiras do Tesouro	5.671	2.204
Debêntures	209	55
	20.404	9.562
Não Circulante		
Debêntures	-	36
	-	36
	-	9.597

Os **Certificados de Depósito Bancário** (CDB) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, de 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022) conforme operação.

As **Letras Financeiras – Bancos** (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (Cetip). As LFs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (103,3% a 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro** (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem ao seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1,00% a 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (TR + 1% a 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 12. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CLIENTES

	Saldos a vencer	Total	
	Não Faturado	2023	2022
Cientes	1.833	1.833	389
Total	1.833	1.833	389

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a clientes está divulgada na nota explicativa nº 12.

Política contábil

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$486, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas assembleias gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

b) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2023	2022
Reserva Legal	98	98
Retenção de lucros	8.793	7.166
Retenção de lucro (Aumento de capital)	-	1.627
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	9.871	-
	18.762	8.891

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

c) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou Juros sobre Capital Próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
Resultado do Exercício	19.742	3.254
Reserva de Retenção de lucro para aumento de capital	-	1.627
	19.742	4.881
Dividendos Propostos		
Dividendos Obrigatórios	9.871	1.627
Dividendos adicionais propostos	9.871	-
Total dos dividendos propostos	19.742	1.627

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Referente aos valores de dividendos mínimos obrigatórios do Lucro Líquido de 2022 não pagos em 2023, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento integral desses dividendos, no valor de R\$1.627 mil e conseqüentemente a sua extinção, no ano de 2024.

d) Destinação do Resultado – Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024, que, ao Resultado do exercício de 2023, no montante de R\$19.742 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$9.871 mil para pagamento de dividendos obrigatórios;

- R\$9.871 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos;

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.627
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	-
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	9.871
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.498

7. RECEITA LIQUIDA

	2023	2022
Prestação de Serviço (*)	21.770	4.487
Deduções à Receita Operacional (a)	(1.265)	(545)
Receita Operacional Líquida	20.505	3.942

(*) em função da prestação de serviços de intermediação de negócios relacionados à comercialização de energia no mercado livre com a Belocal e Auren.

a) Deduções à Receita Operacional

	2023	2022
COFINS	(539)	(341)
PIS-PASEP	(117)	(74)
ISSQN	(609)	(130)
Total	(1.265)	(545)

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho.

A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

8. CUSTOS E DESPESAS

A composição dos custos e despesas da Companhia é conforme segue:

a) Custos e Despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	21	64	4	-	25	64
Serviços de Terceiros (a)	1	-	38	72	39	72
Amortização	8	-	-	7	8	7
Provisões operacionais	13	-	-	-	13	-
Outros custos/despesas	1	-	-	10	1	10
Total	44	64	42	89	86	153

b) Serviços de Terceiros

	2023	2022
Conservação e Limpeza de Prédios	15	9
Auditoria Externa	23	31
Publicações Legais	-	22
Tecnologia da Informação	-	6
Outros	1	4
Total	39	72

9. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	2.455	1.194
Outras Receitas	1	-
Pasep/Cofins s/ as receitas fin.	-	(56)
Atualização crédito PASEP e COFINS sobre ICMS	93	-
Total das Receitas Financeiras	2.549	1.139
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(21)	(21)
Outras despesas financeiras	(26)	(13)
Total das Despesas Financeiras	(47)	(33)
Resultado Financeiro	2.502	1.106

Política contábil

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2023	2022
Circulante		
Contribuição Social	180	248
Imposto de Renda	(73)	433
Total	107	681

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Não Circulante		
Contribuição Social diferido	191	-
Imposto de Renda diferido	530	-
Total	721	-

c) Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	20.314	20.314
Percentual de Presunção	32%	32%
Receita Operacional Tributada	6.500	6.500
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	800	800
Outras Receitas Financeiras	1	1
Base de Cálculo	7.301	7.301
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.095	657
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	706	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	1.801	657
Rendas de aplicações	2.455	2.455
Rendas de aplicações resgatadas	(800)	(800)
Rendas de aplicações não resgatadas	1.656	1.656
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	414	149
Receita por competência diferida	1.457	1.457
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de Cálculo	466	466
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	117	42
Amortização Custo GSF Diferido	-	-
Percentual de Presunção	32%	32%
Base de Cálculo	-	-
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	-	-
Corrente	1.801	657
Diferido	530	191

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de renda e da contribuição social	4.895	4.895
Alíquota	15%	9%
IR e CS	734	441
Adicional 10% valor superior a R\$240	466	-
IR e CS	1.200	441
Rendas Aplicadas não resgatadas (realização)	(241)	(241)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	60	22
Total	1.260	464
Corrente	1.260	463
Diferido	(60)	(22)

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	157	157	-	-	(469)	(501)

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	11.498	-	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$9.871 de 2023, além dos R\$1.627 de 2022, totalizando 11.498, sendo que a parcela do Patrimônio líquido

aguardará aprovação final em assembleia. Os detalhes acerca da composição dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº6.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	9.295	1.612	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	20.404	9.562	-	-	2.940	1.276	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	36	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	25	35
Participação nos resultados	5	7
Total (1)	30	42

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Clientes		1.833	1.833	389	389
Títulos e Valores Mobiliários		209	209	1.374	1.374
		2.042	2.042	1.763	1.763
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	9.403	9.403	1.728	1.728
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	1.948	1.948	1.049	1.049
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	12.576	12.576	4.971	4.971
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	5.671	5.671	2.204	2.204
		<u>29.598</u>	<u>29.598</u>	<u>9.952</u>	<u>9.952</u>
		31.640	31.640	11.715	11.715
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(38)	(38)	(37)	(37)
Passivo de Arrendamento		(278)	(278)	(176)	(176)
		<u>(316)</u>	<u>(316)</u>	<u>(213)</u>	<u>(213)</u>

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e

de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia monitora o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados na sequência desta nota explicativa. Os cenários para a análise de sensibilidade foram elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e passivo de arrendamento está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Passivo de Arrendamento (*)	2	4	18	97	413	534
Fornecedores	38	-	-	-	-	38
TOTAL	40	4	18	97	413	572

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de

negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado, bem como os instrumentos financeiros derivativos e as indenizações a receber dos ativos de geração

A Companhia mantém instrumentos derivativos para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira, os quais são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, sendo as variações deste valor registradas no resultado

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas

* * * * *

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Marcus Vinícius de Castro Lobato
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
CRC-SP1 242451/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 13 de junho de 2024.